

Opinião

1994 - O que esperar?

O Ciclo continua, o período caminha para o seu fechamento como o ano que se inicia.

São os últimos meses da atual administração e como é ano de eleições a política partidária estará mais interferente. Todo cuidado é pouco.

Para nós, profissionais de nível universitário, e cabeças pensantes da CEDAE, este pode ser o ano mais importante do período. A Empresa depende de nós e, é bom não esquecer, a recíproca é verdadeira. Vamos trabalhar em prol dela e da população, que é quem nos paga, evitando ou, pelo menos, tentando evitar os desastinos.

Queríamos reconhecer os avanços, mas, infelizmente, a retrospectiva dos últimos 03 anos é triste. Marcando passo, estamos parados no tempo.

O Planejamento estratégico não decolou, mas isso é fácil de explicar, já que, quem deveria estar preocupado com esse processo prefere envolver-se com os problemas da área comercial (mesmo assim a evasão sobe e não há modernização).

A Área de Recursos Humanos só se faz presente quando acontecem as negociações para os acordos coletivos. O ticket está sumindo, o teto salarial sendo manipulado vergonhosamente, O PCCS paralizado (os "avanços", se houve, ocorreram em função de acordos coletivos), A CAC e a PRECE sofrem com a política de recursos humanos adotada, enfim, é a acomodação pura e simplesmente aliada a subserviência.

O aspecto financeiro como não poderia deixar de ser, não foge a regra, não interessa médios custos, a maior ou talvez a única preocupação são os pagamentos e aí, haja interesse, de dentro ou de fora da Empresa. O Diretor Financeiro entrou mudo e pelo visto sairá calado, mas não cego ou surdo.

A Área Operacional sofre as consequências da falta de orçamento

adequado, pois os recursos que aí deveriam ser aplicados, infelizmente não o foram. Não existem, pelo menos não se tem conhecimento, de programas de custo a médio prazo nessas áreas. Estamos passando o pior verão dos últimos 10 anos e, a coisa não está muito pior porque São Pedro tem ajudado, a segurança operacional nos sistemas é mínima e, em alguns, nenhuma.

As obras, a passos de cágado, vão acontecendo, só Deus sabe como e a que custo. Os recursos financeiros, o devido equacionamento orçamentário e os decretos do Governador (para quem não sabe, para cada obra tem que haver uma autorização) brigam entre si, para ver quem atrapalha mais. Prazos originariamente definidos em 06 meses, são prorrogados para 24 meses e até mais. Enquanto isso, recursos a fundo perdido deixam de ser captados.

A Área de Apoio, comandada pela Vice-Presidência, então, é samba de crioulo doido, falta material, viaturas e sobram promessas. Quando não há como justificar tamanha descoordenação, recorre-se a "vontade política".

Um pouco da energia demonstrada pelo Presidente da CEDAE, em suas idas e vindas pelos recantos do Estado, talvez esteja fazendo falta na Coordenação das ações internas, falar bem e impressionar no primeiro contato são qualidades que sabemos que ele tem, porém muitas das promessas já não foram e outras não poderão ser realizadas. Plano de ação de 90 dias, foi

uma boa iniciativa, porém caiu no esquecimento; a elevatória "Tião Lanterneiro", em Duque de Caxias, inaugurada sem poder funcionar, pois não há esgotos à montante e; as obras da ETA de Jutunaíba, na Região dos Lagos - no verão de 90/91, ela já trabalhava com a vazão que se quer chegar hoje e as expansões de redes no sistema que estavam contidas; hoje são justificadas pelo "acrécimo da vazão" são exemplos claros do desgaste que se expõe a imagem da CEDAE externa ou internamente.

Por ser ano de Eleição, como já disse, a política partidária interferirá mais, e nós, que já estamos na base do "SAMBARILOVE", temos que tomar cuidado. São muitos os candidatos a candidatos, inclusive na CEDAE, alguns deles talvez só tenham os votos da família, mas, ainda bem, existe gente de valor.

Cada um de nós é responsável pelos seus atos, com ou sem gerência, o que não é possível é que colegas nossos cometam desastinos e façam bobagens escudando-se em orientações ou solicitações de candidatos a candidatos.

Os políticos tem de mudar, todos dizem, mas nós também precisamos mudar, alguns entendem assim, porém outros não, e pregam a filosofia definida claramente, no início da atual gestão, ou seja, "A vontade política se sobrepõe a lei".

Todo cuidado é pouco.

Segunda Mesa Redonda com os Diretores da CEDAE

Pág. 2

A PRECE vai bem...

Pág. 3

Festa de Final de Ano da ASEAC

Pág. 4

Amanhã há de ser um novo dia.

"Creio na moral, porque é a utilidade de cada um de todos transformada em Justiça e caridade, expunge a alma das inclinações interiores, promove a perfeição dos espíritos, a resistência do caráter, a bondade dos corações"
(trecho do Meu Credo, de Clóvis Beviláqua)

No mês de dezembro do ano passado afirmamos, neste mesmo espaço, que confiávamos poder vencer todos os desafios, juntos.

Será que atingimos esse objetivo? Será que estivemos sempre presentes, quando necessária nossa participação? Será que navegamos no mesmo rumo, objetivando alcançar nossas metas?

Essas, e muitas outras indagações podem e devem ser feitas por cada um de nós neste fim de ano, como um exercício de uma profunda reflexão, que, aliás, poderíamos intitular de *mea culpa*.

Atingimos, certamente, vários objetivos e desenvolvemos uma série de outras ações, buscando conquistar um fim comum: *fortalecimento da ASEAC*. Para tanto é necessário, como temos constatemente assinalado, que haja adesão de todos, despojados de qualquer sentimento egoísta; que haja conjugação de esforços; que haja compreensão e fraternidade; que estejamos interligados nos sentimentos e ideais. Enfim, que caminhemos unidos numa mesma direção.

O nosso trabalho esteve voltado no sentido de conjugar os interesses dos associados com a sensibilidade - nem sempre presente - dos administradores da CEDAE, na solução das questões primordiais.

Agimos com rigor quando necessário, mas procuramos, como de hábito, o diálogo franco e leal com a Direção da companhia no intuito de equacionarmos temas controversos. Em outras ocasiões, fomos flexíveis na adaptação à realidade de cada um. Mas não temos dúvida de que as medidas adotadas expressaram sempre o desejo do grupo.

Aliás, num mundo de contraversão de valores, nos fixamos em formar uma consciência de discernimento, tomando como critério que valor é tudo que humaniza o homem, enquanto aquela representa o que desumaniza; o que

destrói; que quebra a fraternidade.

Neste ano procuramos estimular a participação dos associados de forma efetiva, promovendo palestras sobre temas atuais e polêmicos; fomos ao interior para conhecermos as dificuldades locais; realizamos eventos sociais; fomos em defesa dos Chefes de Distritos acusados de praticarem crime de extorsão e dos engenheiros multados pela municipalidade do Rio de Janeiro; saneamos as finanças da Associação; estamos lutando pelo desabrochamento do Espaço Memória do Saneamento. Seria enfadonho enumerarmos as atividades desenvolvidas em 1993.

Temos grande preocupação em resgatar a motivação que sempre dominou toda classe universitária, que hoje encontra-se desmotivada por uma gama de circunstâncias. Nosso esforço certamente não será em vão, porque sabemos da potencialidade de nossos profissionais; reconhecemos contudo, que o momento é difícil não só pelo fato de estarmos em permanente vigília, preocupados com uma companhia que singra mares tormentosos, mas, sobretudo, por sermos considerados publicamente inoperantes, o que convenhamos é um grande desestímulo. Afora estes fatos, acresça-se o lamentável estado de penúria que se instalou em setores vitais da empresa, retrato do abandono a que foram relegados.

Ora, quem não conhece a monotonia do cotidiano? Sempre a mesma tarefa, os mesmos colegas, as mesmas conversas, as mesmas dificuldades, as mesmas preocupações.

Não devemos nos deixar esmagar pela rotina, pela depressão, pelo desânimo. Ao contrário, devemos criar forças para combatermos a apatia, que nos fraciona, inviabilizando nossas conquistas.

Dizem que não se avalia um homem pelas suas realizações, mas

sim pelas suas tentativas.

Cada dia traz-nos a beleza sempre nova do amanhecer: um novo dia de vida nos é dado..... por que não aproveitá-lo?

Aliás, diz o poeta "que apesar de você, amanhã há de ser um novo dia" e acrescenta que "quando chegar o momento esse meu sofrimento vou cobrar com juros. Juro". (Chico Buarque de Hollanda). Portanto vamos aguardar o amanhã, que está bem próximo.

Os membros que compõem esta associação tem certeza de que estão empreendendo efetiva colaboração na consolidação do seu nome, mas reconhecem, por outro lado, que várias são as dificuldades que surgem e que encontrarão outras mais adiante. Mas que não serão *Impedimentos* para solidificar o pilar desta gestão, que se mantém fiel a quatro elementos básicos que funcionam como propulsor para ultrapassar os desafios que são: A procura=conhecimento dos problemas; a aceitação=disponibilidade; a coerência=concordância entre a ação e o objetivo; a constância=a continuidade mesmo nos momentos difíceis.

Fidelidade, firmeza e perseverança são e sempre serão a tônica dos nossos trabalhos.

Neste Natal que a força da paz vença os conflitos, que o perdão supere o ódio e a vingança dê lugar a reconciliação.

Desejamos para o próximo ano corações grandes e generosos, para superar todas as adversidades, todo o tédio, toda a cansaço toda a desilusão, todas as ofensas. Corações fortes para grandes realizações. Corações amigos para consolidar esta associação.

Feliz Natal - Feliz Ano Novo.

A Diretoria



"Nossa política salarial é a melhor possível" garante Luis Fernando.

Alexandre Campos

A segunda Mesa Redonda com os diretores da Ceda, no Clube 17, dia 14 de dezembro, reuniu o diretor de Recursos Humanos, Luis Fernando Couto, o diretor de Planejamento e Controle, Altamirando Fernandes Moraes, e o diretor de Operação e Manutenção, Emy Guimarães (que já havia comparecido à reunião anterior). Além de Emy, os presentes na Primeira Mesa Redonda foram o vice-presidente da Ceda, Márcio Paes Leme, o diretor de Projetos e Obras, Jutarô Suzuki, e o diretor de Interior José Américo Barbosa. Como fizera na primeira vez, o presidente da ASEAC, Renato do Espírito Santo, esclareceu que o encontro foi dividido em dois como estratégia para se desenvolverem melhor as questões técnico-operacionais e, posteriormente, as administrativas. "Se são diretores da casa ou não, o importante é que são todos diretores da Ceda", argumentou Renato.

Sob o tema "Passado, Presente, Futuro", os participantes da Segunda Mesa Redonda ouviram explicações para a atual política salarial da empresa, justificativas para a gestão política nos serviços públicos, esclarecimentos sobre a terceirização e advertências sobre os fundos de pensão. Inicialmente, os diretores falaram de suas áreas, seus resultados e suas dificuldades. Em seguida, vieram os questionamentos, perguntas e dúvidas dos presentes, gerando mais uma oportunidade de exposição, ataque e defesa de idéias comuns ou contraditórias.

Luis Fernando Couto informou que desde que assumiu a Diretoria da Ceda vem tentando uma política salarial que compatibilize os direitos conquistados na empresa e as possibilidades do Estado. Para ele, a atual política é a "melhor possível", levando em conta a situação econômica do país. "O que se pretende é compatibilizar uma política de recursos humanos com o momento histórico que vivemos. Poderia ser pior se nós tivéssemos aplicado uma política ortodoxa como a do governo federal", alfinetou. "Os senhores podem estar certos de que, a partir dessa preocupação, eu tenho trabalhado no limite do possível, no fio da navalha", garantiu Luis Fernando.

O diretor de RH sustentou suas argumentações confrontando situações de esferas distintas, como as estaduais e as federais. Depois de sugerir que um general de divisão pode estar ganhando hoje menos da metade dos vencimentos de um engenheiro da Ceda, ele exibiu valores da folha de pagamento da empresa (de Cr\$ 95 mil a Cr\$ 920 mil) considerando-os "razoáveis" para as circunstâncias. "O teto existe em todas as estruturas do país e na federal chega ao máximo de seiscentos e poucos mil cruzeiros", insistiu na comparação - obviamente esquecido de que urubu e avião têm asas, ambos também voam... e, no entanto, não são a mesma coisa.

Depois de fazer elogios aos quadros administrativos e técnicos da Ceda e reconhecer as dificuldades da área operacional, Altamirando falou um pouco do futuro da empresa. Disse acreditar que a médio prazo a Ceda voltará ao nível das grandes companhias de saneamento do país. "Mas para isso vai ter que se pensar num modelo melhor para a área comercial, que



Emy, Luis Fernando, Altamirando e Renato na segunda mesa redonda

não é esse que está aí. Por enquanto, estamos no CTI com toda a estrutura tendo que ser reformulada", admitiu. "E também há necessidade de mudança na política tarifária". Depois de lembrar que em São Paulo a Sabesp tem quatro tarifas diferenciadas por regiões, Altamirando informou que a linha do governo do Rio é que a tarifa não pode ser igual para todos, principalmente por dois motivos: o custo da produção e da distribuição e a questão social. "As ligações clandestinas, por exemplo, são um reflexo da situação social. Tem gente que não paga porque não pode mesmo. Não devemos esquecer que o país tem milhões de miseráveis".

Ao ouvir a expressão "médio prazo", Renato do Espírito Santo se disse convencido de que só é possível se chegar a soluções de médio ou curto prazos através de planejamento. "Porém, ao mesmo tempo que eu vejo a empresa cobrando de seus gerentes, eu vejo o planejamento relegado ao segundo plano. Por quê?, quis saber o presidente da ASEAC. Seguindo a trilha aberta por Luis Fernando, Altamirando respondeu que o problema do planejamento é nacional. "O Brasil não está acostumado a trabalhar com planejamento. O próprio governo federal de vez em quando acaba com o Ministério do Planejamento", disse o diretor sob o olhar já desconfiado da platéia. Também inspirada nos comentários histórico-filosóficos do diretor de RH, outra analogia duvidosa estava por vir. "O planejamento é um instrumento da democracia, ainda estamos engatinhando", opinou Altamirando - sem perceber que, lamentavelmente, o mundo está cheio de ditaduras bem articuladas e democracias tumultuadas.

Mesmo assim, o conselheiro da ASEAC, José Arakaki, manifestou sua preocupação com a desestruturação técnica da empresa e sua reserva diante das gestões políticas. "Acho incoerente que uma estatal não faça planejamento para se fortalecer como estatal", estranhou Arakaki. A resposta de Luis Fernando, exigindo uma reflexão, visou confundir os conceitos justamente para não dissociá-los um do outro. "É preciso entender que os técnicos

são tão políticos quanto os políticos. Política sem um projeto técnico não é política. O projeto político tem que ter por trás um projeto técnico", afirmou. "Cabe aos quadros da empresa, sim, fazer articulações para preservá-las de um envolvimento político equivocado", finalizou.

A essa altura surgiu então uma dúvida: a terceirização é um projeto político ou técnico?

"É natural que os políticos querem chegar na campanha eleitoral e dizer que receberam o Estado com tantos funcionários e estão entregando com menos tantos. Mas pode ser que você não tenha contratado, e sim terceirizado, sem enxugar a máquina", explicou Luis Fernando didaticamente. "Eu, pessoalmente, sou a favor da terceirização em serviços não essenciais. O que eu combato é a terceirização cujo serviço você não sabe quanto custa. Para justificar a terceirização é preciso saber quanto custa o serviço e se vale a pena", continuou. "Acontece na Ceda que algumas diretorias estão contratando serviços de terceiros sem o controle da diretoria de RH. Por isso, eu determinei uma auditoria para saber quantas empresas estão servindo à Ceda em regime de terceirização", informou.

Para Luis Fernando, o que preocupa é o futuro da CAC e da Prece quanto às propostas de empresários e banqueiros pela reformulação dos setores de assistência médica e fundos de pensão. "A CAC terá dificuldades e a Prece também será atacada, como estão sendo atacados todos os fundos de pensão", previu. "É uma tática para transferir o dinheiro para os bancos ao invés de deixá-lo sob a gerência legítima dos trabalhadores", advertiu.

O presidente da ABES, Joper do Espírito Santo, quis ouvir sobre os convênios com os municípios e Altamirando retomou a palavra. "Nenhum município sozinho tem condições ou recursos para cuidar do saneamento básico. A grande maioria quer renovar os contratos. A diferença é que querem também maior participação na hora de se decidir que recursos vão para o município e como serão beneficiados", esclareceu.

Renato perguntou sobre os "vinte e poucos" concursados que entraram na justiça para exigir contratação e ouviu de Luis Fernando a explicação. "A orientação que nós temos da Procuradoria do Estado é para contratar aqueles que impetraram e ganharam mandato de segurança em última instância", informou. "Já houve uma reunião com essas pessoas no sentido de contratá-las", garantiu.

JORNAL DA ASEAC · Associação dos Empregados de Nível Superior da CEDAE - Rua Sacadura Cabral, nº 120, Salas 601, 602 e 607.
Fones: 263-6240 e 296-0025 - Ramal 102 - TELEFAX: 253-7482 · **Diretoria** - Presidente - Renato Lima do Espírito Santo · Vice-Pres. - Elycio Américo Moreira da Fonseca · Dir. Fin. - Flávio José Soares de Moura · Dir. Com. - Jaime Dutra Noronha · Dir. Téc. - Sidney Werneck dos Santos · Dir. Soc. - Ivan Augusto Gonçalves · Dir. Adj. - Paulo Anibal Uzeda de Oliveira · Conselho Diretor - Walter Firmo de Rocha Filho · Maria Angélica Allemand · Dirceu Soares Marinho Filho · Dilcio Cassiano de Souza · Luiz Sebastião A. do Nascimento · Joper P. do Espírito Santo · Jorge Rodrigues Leitão · Aloisio Clóvis dos Reis · José Yochimy Arakaki · Luciano Amaral de Queiróz · José Eduardo A. do Amarante · João Carlos de Rego Pinto e Paulo R. Cruz Soares · **Conselho Editorial** - Aloisio Clóvis dos Reis · Gil Moreira · Ida Menescal Lustosa · Maria Sueli C. M. Fontenelli · **Revisão Editorial**: Maria Amália Monteiro · **Prog. Visual e Prod. Gráfica** - W. Freitas - Fone: 552-6383

"A PRECE vai bem, obrigado"

Alexandre Campos

Diretores da Cedae e da Prece garantem: a previdência privada do pessoal da Cedae vai muito bem, obrigado. Foi o que disseram aos associados da ASEAC num encontro, mês passado, no Clube 17. Participaram o diretor de Recursos Humanos da Cedae, Luis Fernando Couto, o Diretor Superintendente da Prece, Pedro Pontes, o Diretor Financeiro, Ivan Gonçalves, e o Diretor de Seguridade, Sérgio Everaldo.

Luis Fernando abriu a reunião fazendo uma ampla e longa defesa do papel e dos critérios da Cedae como patrocinadora da previdência particular dos funcionários. Garantiu que o percentual que a estatal paga à Prece é comparável ao que as empresas do setor privado pagam às suas previdências correspondentes. "A contribuição da Cedae à previdência dos funcionários é boa", repetiu várias vezes. O diretor afirmou concordar com a comissão que estudou a situação da Prece e concluiu que os trabalhadores de nível superior é que têm que pagar mais. "Tudo o que é justo tem um custo", disse (aparentemente convencido de que uma rima é uma solução). Seu melhor momento foi quando sugeriu que pelo menos um membro da diretoria da Prece pudesse ser eleito por voto direto, a fim de ganhar maior legitimidade - atualmente todos os membros do Conselho Diretor são nomeados pela direção da Cedae.

Logo lhe foi perguntado se também é a favor de eleições para diretores da Cedae. "Não", respondeu convicto. "Não, porque uma estatal não pertence aos empregados e sim à sociedade, que elege seus representantes. Quem ganha nas eleições da sociedade tem direito a nomear os dirigentes das estatais". O engenheiro Flávio Coutinho quis saber ainda se é verdade que em Furnas os funcionários se aposentam com 100% dos salários. "Não, ninguém", negou Luis Fernando. "E eu posso levar qualquer um até lá para provar".

O diretor superintendente Pedro Pontes, garantiu que a Prece atravessa a sua melhor fase desde a criação há dez anos. Ele exibiu o Ranking Geral de Patrimônio da ABRAPP

(Associação Brasileira de Previdência Privada). "Dentre as 280 entidades de previdência privada no Brasil, a Prece ocupa a 45ª colocação com um patrimônio em torno de US\$ 100 milhões, anunciou Pedro." Flávio Coutinho fez nova intervenção pedindo que fossem apresentados dados de desempenho proporcional comparativos com as empresas melhor posicionadas. "Não temos", foi a resposta. "Mas o importante é saber que a Prece foi sempre bem dirigida pelos diretores que lá passaram", encerrou Pedro Pontes.

Sem desafinar ou destoar dos demais, o diretor financeiro da Prece, Ivan Gonçalves, confirmou o panorama positivo. "Financeiramente e economicamente, a Prece está indo mesmo muito bem", assegurou. Ivan informou que o ativo bruto registrado no balancete de outubro foi de Cr\$ 18,7 bilhões e que o programa de investimentos segue respeitando as normas do Banco do Brasil. "Ou seja, está tudo certo na mais absoluta transparência". Para concluir, o diretor financeiro da Prece defendeu os planos de previdências complementares como garantia de tratamento digno aos trabalhadores, "a exemplo do que fazem os países mais modernos do

mundo".

Porém, nem sempre foi assim, como se viu na explanação do diretor de seguridade Sérgio Everaldo. Ele contou que a Prece operava com déficit técnico desde 18 de janeiro de 1983, quando foi instituída, até novembro de 1992. A partir de então foi decidida uma reforma no sistema, incluindo a revisão dos benefícios, a mudança na metodologia dos cálculos de contribuição. Surge também uma proposta de paridade - benefício igual a 80% do último salário com eliminação do teto de contribuição - visando estimular as aposentadorias. Sérgio Everaldo expôs números e gráficos para ilustrar o "antes" e o "depois".

Quando ao "durante", cabe agora ao contribuinte optar ou não por uma revisão sobre tudo o que pensava da situação da Prece. A julgar pelas informações acima, prestadas em clima de aparente sintonia, não há com que se preocupar, está tudo muito bom... está tudo muito bem...

Para um atento participante, ao final do encontro ficou a impressão de ter assistido a um debate inspirado em dois programas de televisão. "Acabei de ver o *Você decide... se quiser*".



Diretores da CEDAE e da PRECE no encontro no Clube 17.



**Corretora MILESI
Seguros Ltda.**

**TÉCNICA E EXPERIÊNCIA
HÁ MAIS DE 30 ANOS
NO MERCADO DE SEGUROS**

771- 4801 • 771- 5201

Av. Presidente Kennedy, 999/103
Duque de Caxias

Adriana Moreira

Cirurgiã Dentista

**Odontopediatria
Dentística
Cirurgia
Próteses**

Diariamente das 8:30 às 17:30

Rua Barata Ribeiro, 774 - Grupo
601/602 - Copacabana

Tel.: 255-8296 - Res.: 239-8956 • 511-5271

Adriana Calcanhoto é estrela em

Vamos começar do final.

No último número do Jornal da ASEAC, o jornalista Alexandre Campos, que já havia assistido duas vezes ao show de Adriana Calcanhoto, comentou: "É a melhor fase na carreira desta gaúcha, auto-naturalizada "carioca", que conquistou seu espaço no cenário artístico combinando talento, criatividade, simpatia e graça. Seu ar altivo e blasé filtrado pelas câmeras é só aparência. Na verdade, ao vivo, ela tem simplicidade e bom humor".

Pois foi exatamente o que se viu em 22 de dezembro passado, no restaurante Sol & Mar, na festa de final de ano organizada pela ASEAC, sob a supervisão da gerente-administrativa Maria Amália Monteiro. O roteiro por ela planejado foi graciosamente cumprido, proporcionando aos presentes uma noite sintonizada com o espírito de confraternização a que tradicionalmente se propõe.

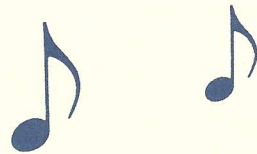
Como prometido, os associados e famílias foram brindados com uma festa memorável: coquetel aprazível, jantar de bom gosto, bebidas diversificadas, show excelente, música e dança animadas. A festa reuniu cerca de 300 pessoas, incluindo quase toda a diretoria da Cedae - só não esteve presente o diretor - financeiro César Campos. Quando o presidente da ASEAC, Renato do Espírito Santo, anunciou a cantora Adriana Calcanhoto, a noite já estava ganha. Mas valeu... e como valeu!

Charmosa e elegante, Adriana levantou a platéia quando logo no início cantou "Mentiras", a canção romântica que estourou na trilha sonora da novela "Renascer" e nas paradas de sucesso das rádios. Interpretou ainda composições dela mesma, de Arnaldo Antunes (ex-Titã) e de Roberto Carlos. O repertório também oferecia Lupiscínio, Caetano, Tom e Vinícius. A sequência em que ela debocha dos jingles ufanistas dos anos 70 ("Esse é um país que vai pra frente"... e etc.) é divertidíssima. Depois de uma hora e meia, Adriana se despediu cantando: Eu não gosto de bom gosto... eu não gosto de bom senso... eu não gosto de bons modos". Mas foi o que aconteceu durante todo o tempo no palco - um show de tremendo bom gosto.

Por volta de 1 da madrugada, os ritmos de discoteca, pagode e timbalada já haviam invadido o salão, mas até o final da festa o que mais se ouvia era elogio à ASEAC, em especial a Maria Amália, pela organização irretocável. "Foi ótimo!, aqui.

"Foi sensacional!", ali. Espetacular!, acolá... Ninguém poupou manifestação de empolgação, entusiasmo ou prazer. Até mesmo quem nada ganhou nos sorteios saiu satisfeito. Todos foram felizardos. Porém, foram cinco os sortudos.

Marcella Gil, filha do nosso colega Julio Gil, ganhou um aparelho de TV em cores SHARP, Walter Firmo, conselheiro da ASEAC, foi contemplado com um videocassete; Ricardo Tadeu Burgos levou um compact-disk laser; Sérgio Rego Rodrigues recebeu uma bicicleta Tak Way importada 18 marchas; Cymodocéa Pires Lemos de Oliveira ficou com uma agenda eletrônica.



Prêmios também para a "Turma do Carteado".

A festa de confraternização no Sol & Mar serviu ainda para a premiação dos vencedores do 1º Torneio de Sueca organizado em 1993 pela ASEAC. César Lima, 1º colocado, ganhou um fim de semana em Búzios, com direito a acompanhante. Almir Cavalcante, 2º lugar, terá um fim de semana em Angra dos Reis. João Carlos de Rego Pinto, 3º colocado, recebeu uma mesa de jogo de carta. Antonio Bastos de Oliveira, 4º lugar, levou um prêmio surpresa - um jogo de cartas, que, certamente, lhe será útil para treinar bastante e conquistar a primeira posição no próximo torneio.



Renato cumprimenta Marcella Gil, que ganhou um televisor SHARP



Presidente da Cedae também prestigiou a festa.

Show de bom gosto da ASEAC



Adriana Calcanhoto: Show de bom gosto graça e profissionalismo



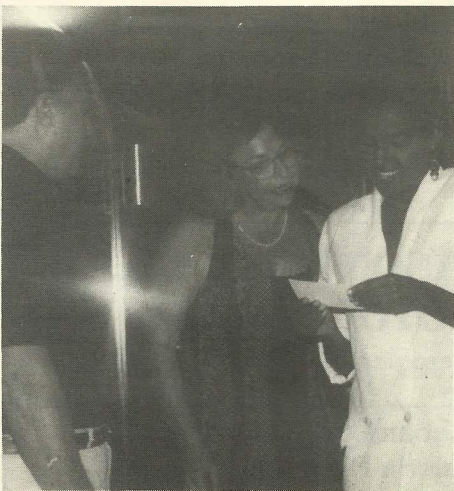
Renato e esposa em mesa de papo animado



Cymodocéa Pires foi contemplada com uma agenda eletrônica



Almir, 2º lugar no Torneio de Sueca: Fim de semana em Angra



Ao lado de Uzeda, Maria Amália entrega prêmio a uma sortuda



Sérgio Rego, feliz, depois de sorteado com uma bicicleta

Falando de Qualidade

O jornal da ASEAC abre um novo espaço para divulgar experiências, iniciativas ou idéias que visem a Melhoria da Qualidade de nossos serviços. Recebemos de nosso colega BENTES matéria sobre sua atividade a frente da Oficina de hidrômetros.

Reforma e Melhoria da Oficina de Hidrômetros

Dentro do programa de desenvolvimento institucional da PLD, a Oficina de Hidrômetros vem passando por uma reestruturação completa visando sua adequação à realidade atual buscando, com isso, uma nova imagem da CEDAE junto ao consumidor.

Do elenco de medidas já postas em prática destacam-se:

1) Reforma substancial das

instalações de produção compreendendo Reformas das bancadas existentes

Aquisição de bancada compacta para aferição simultânea de 80 hidrômetros.

Reformulação de parte das instalações elétrica e hidráulica.

Melhoria das demais instalações da Oficina.

Reforma de Coberturas e edificações adjuntas.

2) Reformulação das rotinas internas através de informatização com base num estudo de O&M visando com isso imprimir maior eficiência aos procedimentos administrativos.

C.M.Bentes

Alô, ASEAC!

A ASEAC adquiriu definitivamente o telefone 253-7482, que pertencia ao Sindicato de Campos(RJ). A linha já estava sendo utilizada pela associação, cedida por cortesia, mas agora foi comprada, passando a ser parte do patrimônio.

Anuncie no Jornal da ASEAC

Tabela válida para o mês de Janeiro/94

1 pág. (21x28)	Cr\$ 23.380,00
1/2 pág. (21x14)	Cr\$ 13.720,00
1/4 pág. (10x14)	Cr\$ 6.020,00
1/8 pág. (10x7)	Cr\$ 3.080,00

Encarte Solto - Cr\$ 17.640,00

Contatos para publicidade: Maria Amália/ Roberto
Tel.: 263-6240

Psicóloga Clínica

Psicanálise - Adolescentes-Adultos
e Casal
com doenças psicossomáticas.

Dra. Miriam Burd

CRP 05/0123

Cons.: Rua Santa Clara nº 50 sala 1104
Copacabana

Tels.: 256-4757(Cons.) 275-4327(Res.)

10% de desconto para Associados



INSTITUTO CAMPOS DA PAZ

Direção: Dr. A. Campos da Paz
CRM 34939-6 • CPF 552909067/20

CONVÊNIO COM A CAC Golden Cross • Amil • Unimed Bradesco e outras

Esterilidade Conjugal • Mastologia • Prev.
Distúrbios da Menopausa •
Prevenção do Câncer Ginecológico (Aparelho
Genital e Mamas)
Cirurgia Obstetrica e Ginecologia

ULTRASONOGRAFIA CARDIOTOCOGRAFIA

Dir. Téc. Dra. Veronica de M. Castello Branco

Av. N. S. Copacabana, nº 664 - Grupo 606 -
Galeria Menescal

Tels.: 235-4740 - 256-2707 - 256-2788

TERRA

Refletindo

A ASEAC pretende reproduzir matérias de colegas ou colaboradores que abordem o assunto Modelo de Gestão, com o objetivo de apresentar idéias diferentes sobre o mesmo tema, desta forma o leitor poderá, após análise, formular o seu próprio conceito. Inicialmente escolhemos para serem reproduzidas, as matérias dos engenheiros Sergio Moraes e Joper Padrão do Espírito Santo, Conselheiro da ASEAC, publicada no jornal da CEDAE DEZ/93 e Jornal da ASEAC N° 02/93, respectivamente.

Uma Proposta Alternativa para o Setor de Saneamento Básico

A Constituição de 88, assim como a Carta Magna que a precedia, reconhece aos Municípios a competência para "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local", dentre os quais destacam-se os de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além dos outros abrangidos por esse dispositivo legal.

Até o início dos anos 60, estes serviços tinham como denominador comum na maioria das localidades brasileiras a precariedade na sua qualidade e a insuficiência em sua extensão. Os "déficits" contabilizados eram cumulativos quaisquer que fossem as óticas de análise do problema.

Com o advento do PLANASA pelo BNH, o setor foi estimulado por medidas que tinham por objetivo a reversão desse quadro, com o que houve o surgimento das Empresas Estaduais de Saneamento, instituições criadas para gerir e operar os serviços até então existentes, por concessão os municípios mediante convênios firmados, e incrementar sua expansão com recursos advindos do FGTS e de outras fontes internacionais.

Da década e 60 ao final dos anos 80, estas Empresas Estaduais consolidaram-se como instituições que efetivamente desempenharam relevante papel social, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida das populações. Funcionava o BNH como um eixo do sistema ao redor do qual as Empresas Estaduais gravitavam como seus satélites, influenciadas pelo Banco tanto nos aspectos técnicos, quanto econômicos, financeiros, gerenciais e até mesmo políticos. Dentro desse contexto, firmou-se uma considerável competência técnica no setor, sendo reconhecida a evolução dos parceiros empresariais (fabricantes, fornecedores, consultores e prestadores de serviços de um modo geral) e especialmente dos profissionais empregados pelas Empresas Estaduais que incrementaram uma competência técnica (ainda hoje atuante) tão elevada, que foi capaz de fazer o intercâmbio nacional das experiências sendo, até mesmo, matéria de exportação de tecnologia para outros países da América Latina. Contudo, com a mudança do cenário nacional, este modelo foi se esgotando ao longo dos anos, culminando com a extinção do BNH, ao final dos anos 80. Dissolvido o eixo do sistema, reduzidas (se não esgotadas) as fontes de financiamento, aumentada a pressão

político-social sobre a expansão e melhoria da qualidade dos serviços, mantiveram-se os satélites já então sem a regência do "órgão central".

Surgiram, então, diversas tendências na busca de novas soluções institucionais para o setor. Questões como o equacionamento de novas fontes de financiamento para investimentos e como a discussão de uma política nacional adequada para o setor ainda carecem de importantes ajustes, não obstante a louvável criação da Secretaria Nacional de Saneamento, e a formação de uma verdadeira "Bancada do Saneamento" no Congresso Nacional, integrada por Deputados Federais e Senadores, cômicos da relevância social, política e econômica destes serviços.

No tocante à organização das entidades que operam os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, estas tendências passaram a ser expressas por três vertentes básicas, defendendo os seguintes pontos de vista:

- (i) a manutenção do "status quo", o mesmo quer dizer a permanência da predominância das Empresas Estaduais de Saneamento;
- (ii) a municipalização dos serviços, ou seja, do retorno da gestão para os próprios Municípios; e
- (iii) a privatização do setor, isto é, a exploração dos serviços pela iniciativa privada, por concessão municipal ou por subcontratação pelas Empresas Estaduais.

Enquanto inúmeras discussões sobre estes caminhos se processavam (como de resto continuam acontecendo) algumas experiências começaram a ser praticadas em alguns pontos do Brasil, das quais hoje podemos observar alguns resultados que permitem avaliar as qualidades ou os defeitos que mais indicam ou contra-indicam esta ou aquela tendência.

Dessa atitude experimental, na busca de novos caminhos institucionais, há que se constatar a pouca (se não total) participação coordenada de dois segmentos fundamentais para o melhor equacionamento das soluções e sucesso das mudanças:

- (i) o que representa a competência técnico-gerencial instalada no setor, ou seja, dos quadros técnicos das próprias Empresas Estaduais de Saneamento, e
- (ii) das representações políticas dos Municípios

Mais recentemente um mecanismo empresarial veio a ser agregado a esse quadro de tendências, formando quase que uma nova vertente, desta feita caracterizada por aqueles que, talvez até por conhecimento superficial de causa, a defendam como uma nova linha de pensamento. Fala-se aqui da "onda da terceirização" à qual incorporaram-se alguns adeptos que (quem sabe até mesmo por modismo) a ela se referem como uma verdadeira panacéia para os males do setor.

Enquanto esse panorama evolui, pouco se diz e menos ainda se pratica em relação à efetiva busca da melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços que vem sendo prestados pelas referidas Empresas Estaduais de Saneamento (ressalvadas homosas exceções). Talvez até muito pelo contrário, o que se tem observado é a queda da qualidade e a redução da produtividade em inúmeras situações por todo o Brasil. Prova disso são as informações da Secretaria Nacional de Saneamento, segundo as quais verifica-se atualmente que dentre as 26 Empresas Estaduais de Saneamento, 6 não faturam perto de 50% do volume de água tratada que produzem, enquanto outras 9 perdem cerca de 40% de sua produção.

É evidente que essas perdas não se traduzem somente por indicadores físicos ou econômicos, pois trazem implicações diretas com a redução da capacidade de atendimento a um número maior de pessoas. Reverter esse desempenho traria contribuição direta para a melhoria da condição de vida das populações.

Por outro lado, a legislação que se discute atualmente no Congresso Nacional trará nova configuração para este quadro. Referimo-nos aqui tanto ao Projeto de Lei 53-A, que dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento, quanto a outro Projeto de Lei que trata da concessão dos serviços públicos de um modo geral. Diante de tais instrumentos legais, os municípios concedentes poderão ser ainda mais influenciados a repensar a renovação dos convênios expirados com as Empresas Estaduais, ou mesmo a denunciá-los (no caso dos vigentes) caso os primeiros que se sintam insatisfeitos com os serviços prestados, provocando situações imprevisíveis para o setor.

Tudo isso leva a crer que o bom senso deva prevalecer na atitude participativa dos principais agentes que atuam nesse cenário. Significa dizer que as Empresas Estaduais de

Saneamento devam tomar a sua iniciativa de equacionar soluções alternativas para cada particularidade local/regional.

A maior aproximação dessas Empresas Estaduais de seus "clientes" não deve se limitar à busca da satisfação do usuário final (o que poderíamos chamar de ação no "varejo"). Deve também privilegiar a maior participação de suas representações políticas, na figura dos órgãos municipais (executivo, possivelmente em conjunto com o legislativo) que represente os cidadãos atendidos.

O usuário paga pelos serviços e, por isso, deve ser atendido de forma absolutamente satisfatória. Contudo, são as Prefeituras, em ação harmônica com as Câmaras Municipais, que concedem a exploração dos serviços sendo, portanto, as contratantes das Empresas Estaduais.

Nesse sentido deve se pensar, como uma alternativa para a mudança gradual do estado de coisas com as quais nos defrontamos, a concepção de planos de renovação e/ou aditamento dos convênios com os Municípios que impliquem na implantação de órgãos colegiados (que poderemos denominar de "Conselhos") a serem integrados por

representantes das concessionárias e das municipalidades contratantes.

Certamente este caminho propiciará a evolução gradual do setor, quer pela melhoria da qualidade da produtividade das atuais Empresas Estaduais em benefício da população atendida, quer pela maturação dos organismos municipais no sentido da futura e oportuna absorção dessas incubências operacionais. A adoção desse novo modelo não inibirá a maior presença da iniciativa privada nesse setor ou, tão pouco, a adoção de qualquer mecanismo empresarial aconselhável às situações de cada realidade (como é o caso da "terceirização"). Muito pelo contrário! Dentro da alternativa ora proposta, a busca da melhor produtividade (pela melhoria da qualidade total das empresas) irá exigir a efetiva modernização dessas organizações, o que poderá ser mais facilmente alcançado com a ampla participação de empresas especializadas, porém sob absoluta coordenação de suas contratantes.

Dentre dessa concepção, esses colegiados (Conselhos Curadores dos Convênios), diligenciando a respeito dos investimentos e dos próprios padrões de desempenho das concessionárias, fará com que

estas se superem, atingindo a desejada otimização de seus indicadores e o reconhecimento das populações servidas e dos governos, interessados.

A busca de novas e autênticas parcerias contribuirão para a evolução institucional do setor, para a presença mais produtiva dos agentes econômicos que dele participam e, principalmente, para a melhoria da qualidade dos serviços e maior cobertura da população atendida.

Ação de saneamento básico, significa ação de saúde preventiva, sem qualquer sofisma. Fazê-lo, num País em desenvolvimento, implica o desafio de encontrar caminhos que evitem a perda dos espaços até aqui conquistados. Implica ousar conceitos de participação efetiva de todos os interessados.

Pronunciamento do economista Joper Padrão do Espírito Santo no I Seminário Estadual de Saneamento promovido pela ABES Seção Goiás.

Goiânia, outubro/92

Economista Joper Padrão do Espírito Santo, 45 anos, é membro dos Conselhos de Diretores da ABES Nacional e da ASEAC.

Convênios com municípios começam a ser renegociados.

A discussão de um novo modelo de gestão para o saneamento está na pauta do dia. Revistas e jornais especializados vêm debatendo o assunto e indagando à direção da CEDAE que rumos a Companhia deverá tomar. Nesta análise, o papel da Constituição de 1988 é fundamental. Através dela, os municípios ganharam mais poder e estão pressionando as Companhias Estaduais a oferecerem um serviço de melhor qualidade, além do que estão exigindo, em alguns casos, participação na gestão dos serviços de água e esgotamento sanitário.

No caso da CEDAE, além desta pressão, existe um outro fator que não pode ser ignorado: grande parte dos convênios firmados com os municípios do interior está vencida, desde o ano passado. Aliado a isto, temos a Lei nº 202/F-91, originária de um projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de concessão e prestação dos serviços públicos, praticamente aprovada pelo Congresso Nacional.

Segundo o engenheiro Sérgio Moraes, Assessor do Conselho de Administração da CEDAE, a aprovação desta lei vai dar ainda mais força aos municípios, pois ela coloca em questão todas as concessões anteriores à Cons-

tituição de 88, e simplesmente extingue aquelas feitas sem licitação após 1988. Em síntese, conclui Sérgio Moraes, "esta lei fragiliza a posição atual das Companhias Estaduais, dá maior poder aos municípios e abre espaço à privatização."

O Assessor do Conselho de Administração da CEDAE frisou a importância de os empregados da Companhia se concientizarem da questão, buscando se adaptar à nova situação. "Até porque, além das questões internas, hoje, com o avanço do liberalismo econômico, os organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento etc.) - que são grandes financiadores do Saneamento - estão pressionando as Companhias Estaduais para que elas apresentem melhores índices de eficiência", alertou.

Durante os últimos 20 anos, explicou Sérgio, em função do modelo concentrador PLANASA/BNH, houve uma padronização técnica, comercial, financeira e comportamental da CEDAE para com todos os municípios conveniados, que hoje precisa ser revista. "Sabemos que há diferenças gritantes entre um município e outro. Não se justifica, por exemplo, comparar a complexidade

do Sistema Guandu - que exige o gasto de milhões de dólares para tratar a água do Rio Paraíba do Sul - com a simplicidade de certos sistemas, como o de Cambuci, que tem água de manancial límpida, exigindo apenas uma pequena cloração".

Hoje, a CEDAE está discutindo com os municípios a renovação desses convênios dentro de critérios diferentes e isto não é nenhum favor da Companhia, pois os municípios são o poder concedente desses serviços.

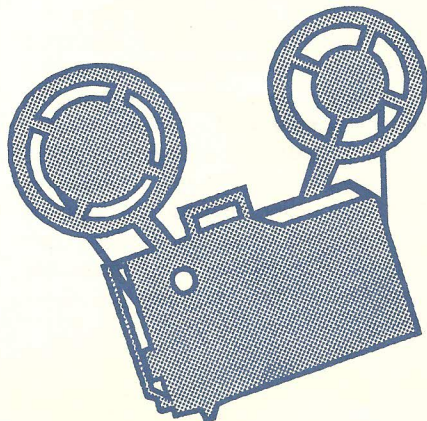
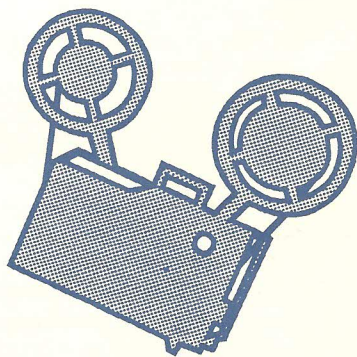
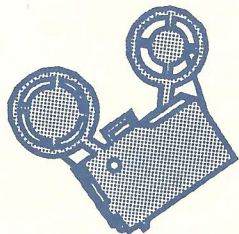
Sérgio Moraes afirmou, ainda, que, entre os convênios já negociados, aparece a tendência de o município assumir o sistema de esgotamento sanitário, tal como ocorreu com Macaé, no ano passado, e deverá repetir-se este ano, quando for assinado o novo convênio com São Fidélis. Segundo ele, entre os convênios que estão sendo negociados os que vêm exigindo maiores mudanças são os que envolvem os municípios de Niterói, São Gonçalo e Angra dos Reis.

Identifique-se!

Todos os associados da ASEAC já receberam a carteira credencial da entidade, que poderá ser usada junto a empresas que estão sendo contactadas para acordos de convênios. O objetivo é beneficiar os associados com descontos especiais. Periodicamente, o Jornal da ASEAC divulgará a relação dos convênios que integrarão o nosso cadastro. Nela constará Hotéis, Restaurantes, Instituições Educacionais, Profissionais Liberais, Farmácias, Lojas, etc.

Empresas conveniadas:

- O Boticário	10%
-Bom Tempo Energia Solar Rua Alcindo Guanabara, 17/1501	10%
-Curso Oxford	10%
-Cultura Inglesa	10%
-Fantasytour Agencia de Viagens Ltda Rua Uruguaiana, 10/706 Tel.: 221-2464	10%
-Miriam Burd Psicologia Clínica Rua Santa Clara, 50/1.104 Tel.: 256-4757	10%



FILMOTECA GLOBAL

Relação de fitas de vídeo Cassete, que poderão ser consultadas na ASEAC. Informe-se em nossa secretaria como funciona o convênio com a filmoteca glo-

bal. A seguir, sugerimos alguns dos temas que poderão ser consultados. A cada jornal iremos publicar pequena parte da relação que compõe o acervo.

Globo Rural

Arroz / Verânio ;
Suínos;
Cultivador / Tração;
Camarão / Repercursão;
Semente / Quente;
Café / forno;
Cavalo/ Frieira;
Búfalos/ Amazônia

Carrapato/Enxofre;
Porcas /Filhotes;
Feijão/ Mosaico;
Cavalo/Travagem;
Cultivador/Adubador;
Ostra/Cultivo

Cana-Boi Gordo - Peixe ;
Mamão/Ácaros;
Exposição / Nordeste

Globo Repórteres

-Abrolhos
- Agrotóxicos
- Amazônia: O Último Eldorado
- America Central
- Antibiótico: A revelação dos Germes

Globo Informática

O Que é Informática
Automatização
Computadores
Informações e Formato
Micro-Eletrônica
Microcomputador
Programa
Memória
Componentes do Computador

Aniversários

Fevereiro

Alberto José Mendes Gomes	20/02	Luiz Claudio Evangelista	13/02
Alcides Vilela Saloca	08/02	Luiz Octavio Alves	06/02
Alfredo Pinto Aveiro	24/02	Luiz Oscar Mota Belmont	26/02
Alvaro Vieira F. Martins	19/02	Luiz Roberto de A. F. Ramos	24/02
Benedicto Aurelio X. da Silva	19/02	Maria Helena Monteiro Vieira	13/02
Benito Piropo Da-Rin	09/02	Maria Suely C. M. Fontenelle	26/02
Carlos Alberto Branco Dias	09/02	Myriam Allemand Damião	25/02
Carlos Roberto de A. Figueiredo	25/02	Nelson Lamy	25/02
Celeste Piloto Rodrigues	08/02	Nelson Ribeiro de Almeida	16/02
Celso Leitão Correa	21/02	Niceu Fantesia Almeida	20/02
Claudio Pinto Martins	07/02	Nilton Alves Pereira	23/02
Clovis da Matta	13/02	Orlando Aguiar Antunes Pereira	01/02
Clovis F. do Nascimento Filho	27/02	Otojaci Porfirio Cezario	12/02
Deonilha Coelho Nascimento	04/02	Renato Guerra Marques	09/02
Edson Avellar da Silva	09/02	Ricardo Silva A. Silveira	18/02
Eliane Branco de Souza	22/02	Roberto Carneiro da S. Caldas	06/02
Eurenildes Braz Pereira	03/02	Robson de Souza	03/02
Fernando Carlos F. Barcellos	03/02	Rogério da Cunha Barcellos	19/02
Gentil Marcondes Netto	01/02	Romario Reis	17/02
Humberto de Melo Filho	22/02	Sandra Maria F. G. Estrada	22/02
Ismenia de Lima Fonseca	05/02	Sidney Rosas de Sá	19/02
Jarbas de Azevedo B. Ferreira	04/02	Sueli Kolling Turano	26/02
José Augusto Andrade Silva	01/02	Ubirajara Pinto da Motta	06/02
José Carlos Filipp	20/02	Valdehi Conceição Sacramento	20/02
José Carlos Vieira	18/02	Virginia Maria A. M. Desouzart	06/02
Julio Almeida da Costa	18/02	Wallace Bernardino da Silva	26/02
Luiz Clarkson Lebreiro	21/02		

Aniversários

Janeiro

Afonso Vianna Barros	11/01	Ilse Adolphsson	16/01
Afonso Celso da Silva Joaquim	18/01	João Batista V. Torres Filho	31/01
Alcides Grandmasson F. Chaves	28/01	João Carlos do Rego Pinto	19/01
Aldoir Melchhiades de Souza	16/01	João Carlos Pires	28/01
Amauri Gomes de Carvalho	03/01	João Pontes Silva	07/01
Andre Pizzino	17/01	Jorge Haddad Thomaz de Aquino	04/01
Antonio Carlos Ramalho	01/01	José da Rocha Felipe	16/01
Antonio J. de O. Pereira	01/01	Luciano Amaral de Queiroz	28/01
Antonio Pereira Monteiro	29/01	Luiz Sebastião A. do Nascimento	20/01
Ary Pinto de Castro	21/01	Maria Celma Ramos Vieira	02/01
Augusto José Gravato Rodrigues	27/01	Modesto Lacerda Pimentel	21/01
Braulio Marciano Alves	26/01	Octávio Lopes da Silva Filho	27/01
Carlos M. de Sant"Anna Netto	26/01	Paulo Afonso Gomes Machado	10/01
Carlos Roberto Vieira	24/01	Paulo Cezar Pereira Gomes	09/01
Dilson Feliciano Pinto	09/01	Paulo Cezar S. da G. R. Nogueira	27/01
Divane Silveira Pontes	08/01	Rafael Teixeira Veiga	04/01
Durval da Silva Mosa	20/01	Reynaldo Plínio P. Carvão	12/01
Edeván Viana Loyola	18/01	Ricardo Afonso das N. Leitão	22/01
Edson Reis da Silva	27/01	Roberto Santos da Rocha	25/01
Emy Guimarães de Lemos	06/01	Ronaldo Ribeiro	03/01
Fernando da Silva Motta	15/01	Sergio Paiva de Oliveira	30/01
Francisco Paulo de Carolis	19/01	Tania Santana Magdalena	30/01
Geraldo Di Biasi Filho	23/01	Waldemira Pinheiro Cordeiro	31/01
Gesy Riva Teixeira de Andrade	16/01	Walter Silva Magalhães Castro	13/01
Herbert Gustav Arnt	03/01	Wilson Jorge Abdala	14/01

SENHORES ASSOCIADOS E DEPENDENTES

Antes de fazer ou renovar os seus seguros, consulte-nos, é mais seguro.



Adm. e Corretora de Seguros Ltda.

Av. Treze de Maio, 41 - 12º andar - Centro - RJ

Tels.: 265-2966 - 240-6828 -

262-1696 -

Fax: 262-9174



A Mais Nova Loja de Bicicletas de Laranjeiras

- Mountain Bikes Importadas GREEN, a Bike que venceu o Aconcagua. (Adulto e Infantil)
- Mountain Bikes: 18 e 21 marchas
- **Pecas, Pneus e Acessórios**
- Linha completa GB Cycling Wear
- Bermudas, Shorts, Camisas, etc
- Tudo para sua segurança, Luvas, etc.
- **Oficina Especializada**
- Consertos e Montagens em Geral

Rua das Laranjeiras, 58-A - Laranjeiras-RJ

EM FRENTE À LOJAS AMERICANAS

TEL.: 285-7941

IMPRESSO